

“A religião da burguesia”:* aportes engelsianos à crítica de Marx ao *bonapartismo*

Vânia Noeli Ferreira de Assunção**

Resumo:

Este texto discute a percepção engelsiana do bonapartismo em sua forma clássica, francesa, e seus aportes à crítica marxiana ao tema a partir do caso alemão, buscando apontar as diferenças e consonâncias entre as avaliações dos dois autores sobre o tema.

Palavras-chave:

Bonapartismo; bismarckismo; Engels; teoria política marxista.

The religion of the bourgeoisie: Engelsian contributions to the criticism of Marx on Bonapartism

Abstract:

This text studies the Engelsian perceptions on bonapartism in its classical, French form and his contributions to the Marxian criticism on the subject through the analysis of the German case. The aim is to identify the differences and similarities of both authors on bonapartism.

Key words:

Bonapartism; Bismarckism; Engels; Marxist political theory.

* Este texto reproduz, com importantes acréscimos, seção da minha tese de doutorado *Pandemônio de infâmias*: classes sociais, estado e política nas obras de Marx sobre o bonapartismo (ASSUNÇÃO, 2005). Agradeço a Vladimir Luís da Silva e Vitor Bartoletti Sartori pelos comentários feitos à versão preliminar.

** Mestre e doutora em ciências sociais (PUC-SP), professora adjunta do curso de serviço social da Universidade Federal Fluminense – campus Rio das Ostras - RJ. E-mail: vanianoeli@uol.com.br.

Dos autores que discorreram acerca do bonapartismo, destaca-se de longe a figura de Friedrich Engels (1820-95), amigo e colaborador de Marx. Desde sua morte, em 5 de agosto de 1895, há 120 anos, acumulam-se debates e interpretações as mais diversas acerca da sua relação teórica com Marx – ora tida como uma completa identidade num “grupo Marx-Engels”, ora vista como uma abissal incompatibilidade entre a genialidade marxiana e a “vulgarização popularesca”, positivista, naturalista, mecanicista, determinista e dogmática atribuída a Engels, extremos que comportam diversas interpretações mais nuançadas – e de seu papel na consolidação do marxismo¹. Não temos, neste texto, pretensões de adentrar em tal debate senão de uma forma bem delimitada: nosso objetivo é pesquisar as afinidades e distanciamentos entre a crítica marxiana do bonapartismo², que estudamos em trabalho anterior (cf. ASSUNÇÃO, 2005), e os aportes substanciais que Engels incorporou a ela. A bibliografia sobre os fundadores do marxismo destaca a convergência de Marx e Engels no tocante à apreciação do bonapartismo, de par com a “divisão de tarefas” que se puseram³ o que nos propomos, então, a investigar, dentro das possibilidades de um artigo.

I – O bonapartismo em sua forma “clássica”

O tema do bonapartismo está desde cedo e permanentemente entre as preocupações de Engels. Uma prova cabal desta precoce abordagem é a carta que Engels escreve a Marx em 3 de dezembro de 1851, apenas um dia após o golpe de Luís Bonaparte, destacando que

A história da França entrou no estágio do cômico mais aperfeiçoado. Não se pode imaginar qualquer coisa mais divertida que esta paródia do 18 Brumário, posta em cena em tempos de paz, com o auxílio de soldados descontentes, pelo homem mais insignificante do mundo, sem encontrar nenhuma resistência, pelo que se pode julgar até o momento (MARX; ENGELS, 1976a, p. 52).

Na continuidade, Engels ridiculariza os pretensos grandes homens franceses da época (Thiers, Dupin, Changarnier, Cavaignac, Odilon Barrot), que tão facilmente caíram na arapuca armada “pelo pateta mais notório do século”, e arremata:

Já se realizou no mundo um golpe de estado acompanhado de declarações tão ridículas quanto este? E este ridículo aparato napoleônico, o aniversário da coroação e de Austerlitz, as provocações estabelecidas na constituição do consulado etc. O próprio fato de que isto tenha tido êxito mesmo por um dia rebaixa os senhores franceses a um nível de puerilidade sem igual. (MARX; ENGELS, 1976a, p. 52)

O mais íntimo amigo de Marx não para aí e aponta suas armas contra o “simplório Napoleão”, manifestando que: “Mesmo torturando o espírito durante todo um ano, dificilmente se poderia imaginar uma comédia mais bela que esta” (MARX; ENGELS, 1976a, p. 52). Quando aquele “Napoleão ridículo” se instalou nas Tulherias, “o imbecil certamente ainda não se havia dado conta de qual era sua posição. O consulado sem o primeiro cônsul!”. Nenhum problema interno verdadeiramente sério, continua Engels, nenhuma dificuldade financeira específica, nenhuma ameaça às fronteiras por parte de uma coalizão, nem mesmo uma assembleia que fizesse naufragar os planos do herói desconhecido – onde estariam as dificuldades outrora enfrentadas e superadas pela linhagem? Não, pelo menos por aquele momento “este asno” era livre e detentor de um poder absoluto, à semelhança de Napoleão I imediatamente após seu golpe, tão pouco cerceado que não poderia se furtar a deixar manifesta a cada passo sua estultícia. “Horrível perspectiva a da ausência de contradições!” (MARX; ENGELS, 1976a, p. 53)

Naquelas circunstâncias, continua Engels, o povo se comportava como uma criança à qual fora concedido o sufrágio universal – direito do qual provavelmente faria um uso infantil –, por um governo imposto pelo exército⁴. Que esperar de “ridículas” eleições que teriam lugar – se é que teriam – num prazo de duas semanas, em um país desprovido de imprensa, onde os comícios eram proibidos, sob rigoroso estado de sítio? Engels aponta algumas impossibilidades – entre as quais, a da presença de um regime pretoriano em condições históricas e geográficas tão diferentes das do antigo império romano – e a necessidade de Luís Bonaparte, tendo subjogado as facções

1 Para uma imersão neste debate, ver: Lukács (2010); Rocha (2002); Netto (1981); Negt (1982); Jones (1979), entre outros.

2 No nosso entender, esta é uma definição melhor para o debate que Marx faz do bonapartismo do que o termo “teoria”, que, na tradição marxiana, expressa uma tendência a separar o estudo da coisa da teorização sobre ela.

3 “Em consequência da divisão de trabalho existente entre Marx e eu, coube-me defender nossos pontos de vista na imprensa periódica, particularmente na luta contra opiniões adversárias, para que Marx tivesse tempo necessário para elaborar sua grande obra.” (ENGELS, 1988, p. 8) Cf., ainda, Claudín (1985, p. 351 e *passim*).

4 A respeito, Engels repete, em 1895: “A reação imperial de 1851 forneceu uma nova prova da imaturidade das aspirações do proletariado dessa época. Entretanto, ela mesma devia criar as condições nas quais aquelas aspirações não podiam deixar de amadurecer” (ENGELS, s/d “d”, p. 100).

monarquistas, fazer uma conversão à esquerda, o que o levaria necessariamente, num período posterior, à colisão com os elementos mais à direita. Sua manutenção se contrapunha à sua própria base de poder, o sufrágio universal, embora, pondera o pensador alemão,

depois do que vimos ontem, é impossível contar com o povo, e na verdade parece que Hegel dirige de sua tumba a história, no papel do espírito universal, e com uma aplicação perfeita força todos os eventos a se produzir duas vezes: a primeira como uma grande tragédia e a segunda como uma miserável farsa. Caussidière no lugar de Danton, L. Blanc no lugar de Robespierre, Barthélemy no lugar de Saint-Just, Flocon no lugar de Carnot, e este novilho lunático com uma dúzia de lugares-tenentes arruinados por dívidas no lugar do pequeno caporal e de sua plêiade de marechais (MARX; ENGELS, 1976a, p. 53).

Encontra-se aqui a ideia central d’*O 18 Brumário*, ou seja, o desprezo por uma vil personagem e por um momento histórico que não passavam de uma imitação farsesca de outro, estes peçados da revolução (MARX, 1986, pp. 17 ss). Nota-se também aí o apelo à noção de cômico e à própria alocação de Hegel que abriria *O 18 Brumário* de Marx, que também na correspondência expressa, mais de uma vez, sua concordância com os termos em que Engels expõe a questão. No caso da citação acima mencionada, chega inclusive a reproduzir quase *ipsis litteris* trechos inteiros do discurso engelsiano.

É, também, bem conhecido dos que leem o mesmo tema em Marx o desprezo com que trata Luís Napoleão Bonaparte, o qual é compartilhado por Engels: simplório, imbecil, aventureiro e asno eram termos frequentes que utiliza para referir-se a Luís Bonaparte, que também reputava inseguro nos momentos decisivos, enquanto Marx o qualificava de trapaceiro, príncipe lumpemproletário, cretino imperialista e outros adjetivos (cf. ASSUNÇÃO, 2005, pp. 154; 207). Inobstante, tornar-se-ia o salvador da França das mãos da revolução vermelha, donde ter sido admirado por toda a Europa durante duas décadas e, ainda, ter sido modelo para Bismarck. Assim, por exemplo, em meados de janeiro de 1852, Engels volta a escrever a Marx, ressaltando que Luís Bonaparte estava a cada dia mais ridículo. Enquanto suas medidas destinadas a eliminar o pauperismo não vinham à luz, ironiza, Bonaparte tomava outras, destinadas unicamente a assegurar seu provisório prestígio – embora nem um único jornal fora da França ousasse partir em sua defesa. Sua ascensão levava à Europa a suspeição sobre uma nova guerra, dado que o “sobrinho”, além de se mostrar um “cabeça quente”, estava obcecado por continuar a obra libertadora do tio (MARX; ENGELS, 1976c, p. 60).

Ainda sobre Bonaparte, sua base social e sua obra, Engels afirma, em “Sobre o papel da violência na história”, do final dos anos 1880: “Na França, Luís Bonaparte havia aproveitado a luta entre a burguesia e a classe operária para subir à presidência com a ajuda dos camponeses, e ao trono imperial com a ajuda do exército”. Este novo imperador Napoleão era, porém, “um aborto” (ENGELS, 2015a, p. 5). Acrescenta que Bonaparte não se detivera diante de seus primeiros sucessos militares porque estes não acrescentaram territórios à França, e ele queria fazer jus a sua pretensa vocação de “aumentador das terras do império” e, especialmente, realizar o tradicional sonho chauvinista de estender a França até o Reno. Não obstante a instabilidade regional, Bonaparte se tornara ídolo da burguesia europeia, pela “salvação” da sociedade em 2 de dezembro – “com a qual, verdade seja dita, pôs fim ao poder político da burguesia, mas para com isto salvar o seu poder social”⁵ –; por haver lhes mostrado como, devidamente utilizado e nas condições favoráveis, o sufrágio universal poderia ser empregado para a opressão das massas; porque sob seu governo a indústria, o comércio e as finanças conheceram uma inaudita prosperidade; mas, principalmente, porque reconhecia nele o primeiro “grande homem de estado” que a representava.

Engels deixa claro, como Marx, que a república trazia em seu bojo o germe do bonapartismo⁶, ao qual apelou para prolongar a dominação burguesa e trazer-lhe mais tranquilidade: “Na França, onde a burguesia como classe governou apenas dois anos, de 1849 a 1850, sob a república, não pôde prolongar sua existência social senão colocando sua dominação política nas mãos de Luís Bonaparte e do exército.” (ENGELS, 1977, p. 11) Ajunta, ainda, que “A forma desta dominação era naturalmente o despotismo militar e seu chefe natural, Luís Napoleão, era seu herdeiro legítimo” (ENGELS *apud* RUBEL, 2002, pp. 435-6). Bonaparte era um novo-rico, como o eram os burgueses autênticos, cujas experiências iam de conspirador a agente da polícia especial inglesa, mas nunca deixara

5 Fórmula muito semelhante à de Marx: burguesia não queria expor-se “aos perigos do *self-government*”, então, “a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído”; somente à custa da sua nulidade política, como das demais classes, o burguês teria condições para desfrutar sossegadamente os frutos da exploração (MARX, 1986, p. 63).

6 Segundo Marx, a república burguesa não havia sido transformada num monstro com o golpe de Bonaparte, mas apenas assumia sua verdadeira fisionomia: “A república não perdeu senão a aparência de respeitabilidade. A França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar.” (1986, p. 111) Ficou evidenciado naquele período que, “em países de velha civilização, com uma estrutura de classes desenvolvida, com condições modernas de produção, e com uma consciência intelectual na qual todas as ideias tradicionais se dissolveram pelo trabalho de séculos – a república significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida” (1986, p. 26). Donde, as contradições entre dois períodos da república, seu período constituinte e o já constituído, como Marx apontou em vários momentos.

de lado suas pretensões ao trono. Aí instalado, “além de subordinar a política aos interesses do lucro capitalista e da especulação da bolsa, atinha-se na política mesma aos princípios da bolsa de valores e especulava com o ‘princípio das nacionalidades’”, afirmando a divisão da Alemanha e da Itália como direito da política francesa de que só se desfaria por meio de compensações (ENGELS, 2015a, p. 5).

Em 1870, às vésperas da Guerra Franco-Prussiana, Engels argumenta que Napoleão III levaria a Alemanha a uma guerra que poria em jogo sua existência enquanto nação. Uma vitória francesa corresponderia ao fortalecimento do bonapartismo e à impossibilidade de um movimento operário independente na Alemanha, onde a luta pela unidade nacional canalizaria todos os esforços. Já uma vitória alemã representaria o fim do bonapartismo, a realização da unidade nacional alemã e a organização da classe operária em nível nacional. Os próprios operários franceses, desprendidos do nacionalismo e do chauvinismo, poderiam desenvolver suas atividades de forma mais livre. Mesmo que a vitória alemã fosse a glória para seu condutor, Bismarck, era preferível à francesa (MARX; ENGELS, 1976e, p. 240).

De fato, a Guerra Franco-Prussiana foi fundamental para o fim do bonapartismo francês. Em primeiro lugar, de acordo com Engels, os “coveiros da revolução de 1848 haviam-se transformado em seus executores testamentários”, levando a cabo as tarefas desta revolução, embora em limites estreitos. Ao lado deles, porém, “já se erguia ameaçador na Internacional o herdeiro de 1848: o proletariado” (ENGELS, s/d “d”, p. 100). Por outro lado, Bonaparte precipitou a guerra com a Alemanha em face dos clamores da oposição e do exército, tendo-se arriscado a fazê-la sem a preparação estratégica e diplomática necessárias e notadamente em busca de conquistas, como expressa Engels em carta a Marx de 10 de agosto de 1866. De sua parte, Bismarck já teria declarado havia alguns anos que “colocaria a Alemanha sob o casco prussiano e depois a conduziria contra os franceses para ‘bem unificá-la à socapa’” (MARX; ENGELS, 2004a). A “Europa inteira era pequena para dois Bonapartes” (ENGELS, s/d “d”, p. 100); a ironia da história era que Bismarck, “que havia começado a guerra para criar o pequeno império alemão”, derrubasse Bonaparte e se visse “uma bela manhã no papel de fundador” não só do Reich, mas, também, da república francesa (ENGELS, 2005 p. 23). A guerra e a derrota da Comuna, fecho deste período, transferiram o núcleo do movimento operário europeu da França para a Alemanha⁷, provisoriamente, tornando-se necessários muitos anos para a recuperação da sangria de maio de 1871. As novas condições em que se faziam as guerras – alistamento geral, novas armas etc. – “puseram termo, de um lado, ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer outra guerra que não fosse mundial, de crueldade inaudita e de resultados inteiramente incalculáveis” (ENGELS, s/d “d”, p. 101) – era a dramática previsão engelsiana.

No mister de desenredar a natureza do estado e sua peculiaridade na formação alemã, passando das constatações que reproduzimos, feitas na imediatez da assunção do bonapartismo francês – nas quais, que se esclareça, já captava a essência do regime – para uma teorização mais elaborada, Engels diria, n’*A questão militar prussiana*, de 1865, que desde 1848 a burguesia não dominava senão nominalmente e que o bonapartismo

é a forma necessária de estado num país onde a classe operária, ainda que tenha alcançado um alto nível de desenvolvimento nas cidades, mas numericamente inferior aos pequenos camponeses no campo, foi vencida num grande combate revolucionário pela classe dos capitalistas, a pequena burguesia e o exército (*apud* RUBEL, 2002, p. 435).

Enquanto forma necessária, o bonapartismo se posta diante dos operários e dos capitalistas, impedindo-os de colidir diretamente entre si. “Dito de outra forma, ele defende a burguesia contra os ataques violentos dos operários e favorece as pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes, subtraindo a uns e a outros toda espécie de poder político” (*apud* RUBEL, 2002, p. 436). Assim, “Nada de direito de associação, nada de direito de reunião, nada de liberdade de imprensa. O sufrágio universal, sob essa pressão da burocracia, torna impossível qualquer eleição da oposição; e um regime policial jamais atingido antes, inclusive na França, tão policial”. Esta intermediação é complementada pelo fato de que

Além do mais, uma parte da burguesia, bem como dos operários, está diretamente *comprada*. Uma pela trapaça colossal do crédito, pela qual o dinheiro dos pequenos capitalistas é atirado no bolso dos grandes; a outra pelas grandes obras nacionais, que concentram nas grandes cidades, ao lado do proletariado normal e independente, um proletariado artificial e imperial submetido ao governo. Enfim, o bonapartismo acaricia o orgulho nacional por meio de guerras aparentemente heroicas, mas que na realidade são empreendidas com a autorização

7 De acordo com Marx, em carta a um comitê do Partido Operário Social-Democrata Alemão, “Esta guerra transferiu da França para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário continental. Ela confere uma maior responsabilidade à classe operária alemã” (MARX; ENGELS, 1976, p. 246).

superior da Europa contra o bode expiatório comum no momento – e em condições tais que a vitória está assegurada desde o princípio. (ENGELS *apud* RUBEL, 2002, pp. 435-6)

Não seria lúcido esperar vantagens para os operários de um regime cuja existência está condicionada ao constrangimento destes em face da burguesia. Para ele,

O principal resultado que um tal regime pode trazer aos operários e à burguesia é que descansam da luta e que a indústria se desenvolve poderosamente (se as condições a isto se prestarem) que, por consequência, os elementos de uma nova luta, mais violenta ainda, formam-se e que esta luta arrebenta desde que a necessidade deste tempo de repouso desapareça (*apud* RUBEL, 2002, p. 436).

Engels observa, portanto, que o bonapartismo se vale, a um só tempo, de expedientes diferentes – desde a repressão à cooptação e ao suborno puro e simples – para tentar manter o quanto possível a “paz social”, interpondo-se entre as principais classes em disputa a fim de evitar seu choque imediato e protelar a luta. Ele não tem ilusões acerca dos objetivos – justamente evitar a guerra social iminente – e denuncia a ilusão de qualquer um que esteja ao lado do operariado e acredite nas benesses ofertadas a este pelo regime. O autor de Barmen também chama a atenção especificamente para a política mais ampla do bonapartismo com relação ao operariado, em que o “método Haussmann” empurra os trabalhadores para a periferia em prol da especulação e do enriquecimento privado não só em Paris, mas também nas principais cidades da Inglaterra e em Berlim e Viena (ENGELS, 1988, p. 18). Diz ele:

Por “Haussmann” entendo não apenas a maneira específica do bonapartista Haussmann parisiense de abrir longas artérias, diretas e largas em meio aos bairros operários de ruas estreitas e de guarnecê-las de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas mas também formar um proletariado da construção civil, especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo. Por “Haussmann” entendo também a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, essa prática sendo seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento, devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidade de circulação. (ENGELS, 1988, p. 63)

Em 1891, introduzindo nova edição d’*A guerra civil na França*, argumenta, como Marx, que o golpe ocorreu porque, “Se o proletariado não estava ainda em condições de governar a França, a burguesia já não podia continuar governando-a”. A maior parte desta classe ainda se inclinava por tendências monárquicas – dividida em três diferentes dinastias (orleanistas, legitimistas e bonapartistas) –, mas havia também um partido republicano. Esta divisão em quatro grandes facções discrepantes permitiu “ao aventureiro Luís Bonaparte” tomar dos “capitalistas o poder político sob o pretexto de defendê-los” e, assim, “apoderar-se de todos os postos de mando – exército, polícia, aparelho administrativo”, abrindo caminho para “a exploração da França por um bando de aventureiros da política e das finanças”⁸. Paralelamente, porém, ocorria “um desenvolvimento industrial como jamais teria sido possível conceber-se sob o sistema mesquinho e pusilânime de Luís Felipe, em que um pequeno setor da grande burguesia detinha o poder exclusivo” (ENGELS, s/d “c”, pp. 43-4).

Quando de uma reedição d’*As lutas de classes na França*, em 1895, Engels repete raciocínio semelhante, destacando a divisão da burguesia “em duas frações monarco-dinásticas” e sua necessidade de calma e segurança

8 No geral, Marx concorda com a análise de que, enfrentando sangrentamente as Jornadas de Junho, a república, forma mais avançada de dominação burguesa, mostrava seu caráter de *terror de classe*, de terrorismo burguês contra os operários. Abortara a tentativa “de repartir o poder em partes iguais entre os homens da monarquia legítima e os homens da monarquia de julho” (MARX *apud* RUBEL, 2002, pp. 363-4). Entretanto, a discussão acerca do estado francês tem, em Marx, maior refinamento. Ele destaca seu histórico, mostrando como o estado surgiu do – e apressou o – declínio do sistema feudal, ainda na era da monarquia absoluta, e apropriou-se de elementos daquela antiga situação, transmutando-os tanto quanto necessário aos seus próprios interesses. No processo de construção da nação unificada, a Revolução Francesa de 1789 daria andamento à tarefa que a monarquia absoluta iniciara: a centralização, o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Sob Napoleão atingira seu desenvolvimento integral e as monarquias francesas do século XIX apenas dividiram melhor as tarefas, para fazer face à maior divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa, de que derivavam novos interesses a ser administrados pelo estado. A partir da Restauração a burocracia tornara-se instrumento da classe dominante, mas “Unicamente sob o segundo Bonaparte o estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro” (MARX, 1986, p. 114). Todas as revoluções anteriores tornaram mais sofisticada a suntuosa máquina estatal, e justamente este aprimoramento possibilitava, agora, sua destruição, uma vez cumprida sua missão histórica e aguçadas, neste processo, suas contradições. Parece-nos, portanto, que Marx consegue dar maior historicidade e especificidade ao estado, não se retendo em seus caracteres gerais de forma de dominação classista, como Engels. Frise-se que estes também são reais, mas em Marx aparecem numa análise mais sofisticada, destacando-se as especificidades históricas.

para dar continuidade a seus negócios financeiros. Sublinha a presença de “um proletariado vencido, é verdade, mas sempre ameaçador e em cuja volta agruparam-se, cada vez mais, pequeno burgueses e camponeses”. Diante da possibilidade permanente de uma violenta insurreição – que, contudo, “não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva” – ensejou-se o golpe de estado do pretendente Luís Bonaparte. Valendo-se do exército, o golpe de 2 de dezembro de 1851 acabou com aquela tensão contida, “assegurando à Europa a tranquilidade interior mas presenteando-a, por outro lado, com um novo período de guerras. *Encerrara-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; sucedeu-lhe um período de revoluções de cima para baixo*” (ENGELS, s/d “d”, pp. 99-100, grifos nossos).

Vemos que Engels compartilha com Marx do desprezo pela latimável figura de Luís Bonaparte, representante farsesco do império napoleônico decaído em bonapartismo. Bem assim, atribui a existência deste à ascensão do proletariado e à decadência da dominação burguesa, classes conflitantes mediadas agora pela ação do estado, mormente do exército. Esta interveniência manietava as lutas sociais, impedidas assim de desenvolver-se e encontrar seu corolário, a revolução. Iniciava-se, no seu entender, uma nova era, a das revoluções pelo alto e das guerras mundiais catastróficas. Este último tema não foi evidenciado da mesma forma por Marx, que reflete mais sobre como o estado se aperfeiçoou a ponto de ter Bonaparte à testa. Outro tema que aparece em Marx é o do apoio do exército a todos os regimes, mas sua predominância atual com um interesse específico: “São certamente classes diferentes que reinaram sob o império, a restauração, Luís Felipe e a república de 1848. (...) Todavia, todos esses regimes se apoiavam igualmente no exército” (*apud* RUBEL, 2002, pp. 363-4), porém,

se no passado, a classe dominante, cujo poder correspondia a um desenvolvimento específico da sociedade francesa, apoiava-se em última instância no exército, o interesse social específico predominava sempre. Sob o Segundo Império, o que predomina é o interesse do exército, que não tem mais por tarefa manter a supremacia de uma parte da nação sobre a outra: ele é chamado a manter sua própria dominação personificada pela sua própria dinastia sobre o povo francês em seu conjunto. Ele deve representar o *estado* em seu antagonismo com a *sociedade* (*apud* RUBEL, 2002, p. 364).

Verifica-se, pois, uma avaliação que vai mais longe e é mais refinada do que a feita por Engels, embora, no geral, esteja de acordo com ela. Mais inovadora com relação a Marx, porém, é a análise engelsiana do bonapartismo alemão, que veremos a seguir.

II – Do outro lado do Reno: o bonapartismo alemão

No que toca à Alemanha, Engels é quem, originária e insistentemente, percebe o “bismarckismo” como uma forma de bonapartismo⁹. Suas análises procuravam salientar o atraso da situação alemã e criticar acerbamente a dubiedade e o desbrío da burguesia prussiana, sua ingênita incapacidade de realizar suas próprias tarefas históricas e, neste contexto, a assunção de Bismarck e do bonapartismo como uma forma de efetivar as modificações estritamente capitalistas num ambiente de tranquilidade social.

Para bem entender a tematização engelsiana acerca do tema, acompanhemos sua reprodução do processo de constituição do capitalismo alemão. O teórico frisa:

A Alemanha teve uma participação crescente no colossal progresso da indústria depois da crise comercial de 1847, progresso logrado graças ao estabelecimento de uma linha de navegação transoceânica a vapor nessa época, à enorme ampliação da rede ferroviária e ao descobrimento das minas de ouro na Califórnia e na Austrália. (ENGELS, 2015a, p. 30)

Com isso, especialmente a partir de 1848, a Alemanha conheceu um amplo desenvolvimento

da indústria e do comércio, das estradas de ferro, dos telégrafos e da navegação transoceânica a vapor. Se bem que tais progressos, no mesmo lapso de tempo, fossem ultrapassados pelos da Inglaterra e mesmo da França, são contudo inéditos para a Alemanha e deram-lhe, no curso desses 20 anos, mais do que lhe deu qualquer século de outro período (ENGELS, 1977, p. 11).

Engels destaca o crescimento, ampliação e aperfeiçoamento da grande indústria, nos anos 1840, no Reno, Saxônia, Silésia, Berlim e em algumas cidades do Sul da Alemanha. Mesmo com a derrota da Revolução de 1848, quando se “pôs a burguesia nos braços do adversário recém-vencido, nos braços da reação monárquica, burocrática, semifeudal e militar” (ENGELS, 2015, p. 2), a indústria a domicílio nos cantões crescia, a emigração alimentou uma

⁹ Em carta a Marx de 11 de setembro de 1867, Engels critica certos franceses de esquerda para os quais o bismarckismo constituía uma *propriedade natural* do alemão (que sua intervenção faria desaparecer), enquanto na França o bonapartismo seria um puro acidente que uma mudança ministerial eliminaria ou transformaria em seu exato contrário. Justamente estes críticos aturavam havia quase duas décadas a dominação de Luís Bonaparte (ENGELS, 2004a).

linha transatlântica, ao mesmo tempo em que se acelerava a construção de estradas de ferro e outros incrementos nas comunicações. Somava-se a este panorama a intensificação das migrações internas e internacionais para o Oeste da Alemanha, principalmente por motivos militares.

Tal processo significou a inserção da Alemanha, irrevogavelmente, no *comércio mundial*, incluindo o “sintoma mais certo da prosperidade industrial, a *especulação*” (ENGELS, 1977, p. 11). Esse desenvolvimento rápido não apagava os problemas advindos do atraso alemão com relação aos países ditos clássicos, como Inglaterra e França, pelo contrário, já que o atraso cronológico tem consequências amplas e diversas. No texto *A questão da habitação*, o teórico chama a atenção para o fato de que

A Alemanha entrou tardiamente no mercado mundial; a nossa grande indústria data dos anos 1840-1850, conhecendo um primeiro impulso com a Revolução de 1848 e só conseguindo desenvolver-se completamente quando as revoluções de 1866 e 1870 lhe haviam afastado do caminho pelo menos os piores obstáculos políticos. Mas encontrou o mercado mundial em grande parte ocupado. (ENGELS, 1988, p. 12)

Sua inserção nesse mercado foi conseguida à custa da degradação da qualidade, à qual a concorrência empurrou gradualmente os países mais desenvolvidos, ao tempo em que a produção da grande indústria alemã era destinada majoritariamente ao mercado interno. Este nível baixo da indústria tornava sua ampliação muito mais necessária, no entender do nosso autor. Ademais, todo este desenvolvimento, por conta da divisão da Alemanha em diversos pequenos estados, “com suas distintas e múltiplas legislações do comércio e os ofícios, havia de converter-se imediatamente em trava insuportável para essa indústria cujo nível se havia elevado imensamente, e para o comércio que dependia dela!” (ENGELS, 2015a, p. 2) Por isso, as reivindicações em torno de um direito civil alemão, da liberdade de domicílio, de uma legislação industrial e comercial, da unidade monetária e dos sistemas de pesos e medidas tornaram-se precondições para a existência da indústria. Neste cenário, “a dominação dos *Jünkers* tornava-se cada vez mais intolerável, mesmo para o governo”. Contudo, paralelamente, “o desenvolvimento industrial extremamente rápido tinha substituído a luta entre *Jünkers* e burgueses pela luta entre burgueses e operários, de sorte que, em sua estrutura interna, as bases sociais do velho estado sofreram uma transformação total” (ENGELS, 1977, p. 16). Nesse sentido, embora sua própria existência fosse minando pouco a pouco a antiga ordem – que, aliás, mantinha-se, mas trocando o “dialeto feudal” pelo “idioma burguês” –, a burguesia acabou se aliando aos representantes daquela diante do terror que lhe infundia o proletariado. Se antes de 1848 havia pendores revolucionários em toda a região do Reno, com a ocorrência da Revolução de Fevereiro na França, das jornadas de março em Viena e do 18 de março em Berlim (casos em que a burguesia logrou a vitória sem que tenha entrado na luta arduamente), isso logo mudaria: desde então, “a massa da burguesia passa em toda Europa ao lado da reação, se alia aos burocratas, feudais e padres absolutistas, aos quais havia derrocado com a ajuda dos operários, contra os ‘inimigos da sociedade’, quer dizer, contra os mesmos operários” (ENGELS, 2015a, p. 11). Se o caminho revolucionário foi o escolhido pelas burguesias dos países clássicos, no caso da burguesia alemã a revolução pelo alto foi quase uma imposição de sua época. Assim, diferentemente da burguesia de eras revolucionárias, que se compunha com os representantes do *historicamente novo* (cf. MARX, 1993), seus

aliados são todos de caráter reacionário: a realeza com seu exército e sua burocracia, a grande aristocracia feudal, os *Jünkers* provincianos sem importância e mesmo a padaria. (...) E quanto mais o proletariado se desenvolvia mais começava a sentir seu caráter de classe e a agir com sua consciência de classe, mais os burgueses se tornavam covardes (ENGELS, 1977, p. 11).

Por meio de traições a seus próprios parlamentares eleitos e apoio secreto ou manifesto ao governo que os atacava, a burguesia prussiana, por exemplo, firmou seu apoio ao “ministério *Jünker*-burocrático, que se afirmou então na Prússia por um período de dez anos”, o qual “teve que governar indubitavelmente sob uma forma constitucional, mas se vingava por isso mediante todo um sistema de tramoias e vexações mesquinhas” (ENGELS, 2015a, p. 11).

Percebe-se na análise engelsiana a dura crítica de uma burguesia covarde e débil, desde logo acossada pelo proletariado potencialmente ameaçador, a qual acabou trilhando o caminho da contrarrevolução antes mesmo de realizar a revolução, aliou-se aos representantes do historicamente velho, seus antigos inimigos alhures, contra aqueles que poderiam elevar a Alemanha ao patamar histórico alcançado em outros países. Mas quem eram este novo e este velho de que aqui se fala?

No artigo “Sobre o papel da violência na história”, escrito entre 1887 e 1888, Engels chama a atenção para a estrutura social da Alemanha: composta por três classes principais, em torno da grande propriedade rural (grandes proprietários de terras e camponeses), da burguesia e pequena burguesia e do proletariado. Sem entrar no detalhamento, o teórico explicita uma sociedade complexa, que reunia a um tempo caracteres da velha e da nova era, cujas classes sociais estavam em rápido processo de constituição e/ou transição e em que as lutas sociais, por conseguinte, estavam a ponto de estourar. Mas as classes dominantes de antes e d’agora não queriam se arriscar, de forma que optaram por uma revolução pelo alto, menos perigosa, para efetivar as transformações que consideram

estritamente necessárias à modernização do país. Nem *Jünkers* e nem burgueses tinham energia ou meios para fazer as transformações necessárias à inserção do país no capitalismo industrial: enquanto os primeiros viviam havia 60 anos graças às medidas do poder público, a burguesia, habituada à docilidade, ressentia-se do conflito com o proletariado. Fazia parte deste processo transformador a decomposição da monarquia, que vinha ocorrendo desde 1840, sendo sua condição fundamental o conflito entre a aristocracia e a burguesia, cujo equilíbrio mantinha, de acordo com Engels. Quando, porém, ela passou a “proteger não mais a aristocracia contra a pressão da burguesia, mas todas as classes proprietárias contra a pressão da classe trabalhadora, a velha monarquia absolutista teve de passar completamente à forma de estado nascida especialmente nesse momento: *a monarquia bonapartista*” (ENGELS, 1977, p. 16).

2.1 Especificidades do bonapartismo alemão

Engels demonstra, como vimos de ver, a transformação da forma de dominação alemã em bonapartista em função das novas necessidades surgidas da industrialização e das lutas de classes típicas do capitalismo. O processo de modernização da estrutura econômica e social do país exigia, segundo o teórico, a modificação da estrutura do estado, que deve se adequar a novas tarefas. Para tanto, este estado tinha de superar entraves socioculturais e políticos como a fragmentação territorial. Assim, no mesmo marco histórico que pressupunha a eliminação dos particularismos é que se deu a unificação alemã, parte do movimento histórico que, desde fins da Idade Média, levava à constituição de grandes estados nacionais europeus. Engels observa o caráter progressista deste movimento que quebrava os particularismos próprios do feudalismo:

Só Estados desse tipo formam a organização política normal da burguesia europeia no poder e oferecem, por sua vez, a condição indispensável para o estabelecimento da colaboração internacional harmoniosa entre os povos, sem a qual é impossível o poder do proletariado. (ENGELS, 2015a, p. 1)

Ademais de dizer respeito a toda a Europa, em especial à França, na Alemanha a unificação era, como já mencionado, uma aspiração com bases bem materiais:

A indústria e o comércio da Alemanha haviam alcançado tão alto desenvolvimento, a rede de firmas comerciais alemãs, que abarcava o mercado mundial, se havia estendido tanto e se havia feito tão densa que não se podia tolerar mais o sistema de pequenos estados na pátria, assim como a carência de direitos e a ausência de proteção no exterior. (ENGELS, 2015a, p. 13)

Dizendo de outro modo, a formação do estado nacional alemão moderno

era o desejo do comerciante prático e dos industriais, nascido da necessidade imediata dos negócios, de varrer o lixo legado pela história dos pequenos estados, que obstruía o caminho do livre desenvolvimento do comércio e da indústria, de suprimir todos os impedimentos supérfluos que esperavam o negociante alemão em sua terra se queria apresentar-se no mercado mundial e dos quais estavam livres todos seus rivais. A unidade alemã deveu uma necessidade econômica (ENGELS, 2015a, p. 4).

No mesmo passo, a burguesia em elevação conseguiu concessões econômicas da Prússia, em troca de seu apoio à “missão alemã” prussiana. A Prússia era vista pela burguesia como soberano econômico e, quiçá, futuramente, também político, como mal menor. Após a guerra civil alemã de 1866 – ano em que efetivou seu golpe de estado, fez sua “revolução de cima para baixo” –, Bismarck expulsou a Áustria da Alemanha, submeteu os pequenos estados, aliou-se ao estrangeiro (Rússia, especialmente) contra os próprios alemães e, feita a paz, incorporou territórios.

Nas disputas por uma nova constituição, combateu ao extremo as exigências parlamentares da burguesia, contestou o poder da Dieta e proclamou uma nova constituição com um Reichstag eleito por sufrágio universal. Mas, depois, em vez de valorizar o Reichstag, única instituição apta a representar a unidade recém-conquistada, valia-se do patriotismo intensificado pela guerra para levá-lo à renúncia a toda ampliação e até à definição clara dos direitos do povo, reproduzindo na constituição do Império a mesma base jurídica da constituição da Confederação Germânica do Norte. O primeiro-ministro também preferia apoiar-se no conselho federal, que representava a dispersão particularista e cedia todo o poder executivo ao chanceler do Império, o que representava um passo a mais na direção do bonapartismo. Ficou claro, por exemplo, no projeto acerca da ordenança dos distritos para as seis províncias orientais, “que Bismarck não pensava dissolver a Prússia na Alemanha, se não que, ao contrário”: pelo instrumento legal, os “*Jünkers* conservaram, sob outro nome, todos os poderes essenciais, que lhes asseguram sua dominação, enquanto que os ilotas da Alemanha, os operários agrícolas destas regiões, tanto os domésticos como os jornaleiros, seguem, em realidade, sob o regime da servidão” (ENGELS, 2015a, p. 36). Da mesma forma, quando da existência da Confederação Germânica, sua constituição seguiu o padrão da lei máxima prussiana, sob a interpretação que o conflito bélico recém-terminado lhe dera. Os ministros e o chanceler federal eram nomeados

unilateralmente pelo rei da Prússia, o exército mantinha-se independente com relação ao Reichstag (mas neste havia, agora, dois socialistas, “presságio ameaçador”). Assim, a burguesia não tinha poder para destituir ministros, nem influir na sua nomeação, menos ainda dispor do exército, mas “vota os impostos e os empréstimos; cede-lhe soldados e ajuda-o a dar às novas reformas tal aparência legal que o velho poder policial mantém toda sua forma ante os indivíduos recalcitrantes” (ENGELS, 1977, pp. 16-7). Ficou evidenciado à burguesia, “covarde e débil frente a um executivo enérgico”, “ainda mais claramente que, no momento, o poder executivo, no melhor dos casos, dependia dela muito pouco e indiretamente” (ENGELS, 2015a, p. 30).

A Prússia defendia a ideia de que a integridade territorial alemã lhe dava o direito de impedir a incorporação de antigos estados – desde muito afastados da nação – a países estrangeiros, o que deixava aberta a possibilidade de sua reintegração. Ao mesmo tempo, a continuidade do império bonapartista francês só seria possível com a busca constante pelo transborde das fronteiras do Reno e pela função de árbitro que a França deveria ocupar, real ou ilusoriamente, na Europa. Por isso França e Alemanha prepararam-se para a guerra – mas Bonaparte não era muito dotado em estratégia militar, enquanto Bismarck tinha um exército bem equipado e treinado e estava respaldado pelos sentimentos populares de que seria uma guerra pela existência da nação – conflito finalmente sucedido em 1870, rapidamente vencido pela Alemanha sob a liderança do seu chanceler de ferro.

Depois da Guerra Franco-Prussiana, graças aos bilhões roubados à França a título de indenização, na Alemanha “foram pagas as dívidas do estado, construídas fortalezas e renovados os estoques de armas e equipamentos militares; o capital disponível foi, de repente, enormemente aumentado, tanto como a massa de dinheiro em circulação”, servindo como “um poderoso impulso à jovem indústria; foram sobretudo eles que levaram ao curto período de prosperidade, pleno de ilusões, e, logo a seguir, em 1873-1874, ao grande ‘crack’” (ENGELS, 1988, p. 5).

Sendo a unificação uma necessidade ineliminável para que a Alemanha atingisse o patamar de desenvolvimento econômico que pusesse a burguesia no timão do país, havia várias possibilidades para sua efetivação. O caminho revolucionário, da supressão de todos os estados separados e, portanto, da verdadeira unificação, seria o modo mais favorável de sua promoção, que poderia inclusive pôr fim ao Segundo Império francês. Mas o caminho que efetivamente se realizou foi a unificação sob o domínio da Prússia. Efetivou-se com anexações desimportantes ou equivocadas, com esquecimento das promessas sobre uma nova constituição, com o reflorescimento da velha administração dos *Jünkers* e burocratas, sempre segundo a avaliação de Engels.

Embora insista no caráter bonapartista¹⁰ do governo alemão de Bismarck como do francês de Bonaparte, Engels busca encontrar seus elementos de distinção. Como sumário desse processo, no entender do teórico alemão, nos anos 1870 era observável a decomposição do antigo estado e a passagem da monarquia absoluta à monarquia bonapartista, de forma que a próxima grande crise econômica significaria o fim do velho estado prussiano.

A forma de estado que se desenvolveu na Prússia (e, seguindo o seu exemplo, na nova constituição do Império alemão) a partir destas contraditórias condições sociais e como sua consequência necessária é o pseudoconstitucionalismo, que é tanto a forma atual da antiga monarquia absoluta em decomposição como a forma de existência da monarquia bonapartista. Na Prússia, de 1848 a 1866, o pseudoconstitucionalismo apenas encobriu o lento processo de decomposição da monarquia absoluta e se fez seu veículo. Porém, desde 1866 e, sobretudo, desde 1870, todos podem observar a comoção social e, desse modo, a decomposição do antigo estado, que se processa a uma velocidade que cresce de forma fantástica. (ENGELS, 1988, p. 61)

A principal personagem desta quadra foi, como se sabe, Otto von Bismarck, que ascendeu ao cargo de primeiro-ministro prussiano em 1862. Quem era Bismarck, este salvador da pátria burguesa alemã? Engels o comparava a Luís Napoleão, o aventureiro francês, só que travestido de “*Jünker* prussiano de província e em estudante alemão de corporação”. Como Bonaparte, era um homem de negócios, prático, astuto e dissimulado, mas, como soi acontecer, “tão desenvolvida inteligência no domínio da vida prática costuma ir acompanhada de horizontes muito limitados, e neste aspecto Bismarck supera seu antecessor francês” (ENGELS, 2015a, p. 14). Ainda menos escrupuloso que Napoleão III na eleição dos meios e na consecução dos fins, conservava, porém, a alentadora consciência de que seguia fiel à tradição nacional: “Seu espírito prático lhe ensinava que, em caso de necessidade, havia que relegar a segundo plano suas veleidades de *Jünker*; quando lhe parecia que essa

10 Marx não deixa dúvidas quanto à caracterização do sistema alemão do período. Critica a Alemanha por ter incorporado a “velharia bonapartista” (MARX, s/d “c”, p. 57), “seu despotismo verdadeiro e seu democratismo fingido, suas feitiçarias políticas e suas agiotagens, sua linguagem enfática e seus vulgares passes de mágica”. “O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou agora a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas que podia resultar senão a guerra?” (MARX, s/d “b”, p. 54) Meses mais tarde, reitera em carta a Kugelmann a identificação do governo de Bismarck com o bonapartismo: “Parece que a Alemanha não ficou satisfeita em capturar Bonaparte, seus generais e seu exército; além deles, o imperialismo, com todas as suas doenças, também aclimatou-se, ele mesmo, na terra do carvalho e da tília” (1986, p. 280).

necessidade havia passado, as veleidades ressurgiam rapidamente; mas isso era um sinal de decadência” (ENGELS, 2015a, p. 14). Diferentemente de Napoleão III, porém, nunca ficava inseguro nos momentos decisivos, pelo contrário, sua grande disposição se transmutava em brutalidade pura e simples. Era o homem providencial no local e época certos: “Todas as classes dominantes de Alemanha, os *Jünkers*, ou mesmo os burgueses, haviam perdido até tal ponto seus últimos restos de energia, na Alemanha ‘cultura’ era tão comum o não ter vontade, que o único homem que efetivamente ainda a possuía se fez por isso o maior de todos, erigiu-se em tirano que reinava sobre todos” (ENGELS, 2015a, p. 14). Diferentemente, ainda, de Bonaparte, Bismarck não tinha pretensões próprias e grandiosas:

E essa estreiteza de horizontes foi precisamente sua sorte. Sem ela jamais teria podido enfocar toda a história universal do ponto de vista específico prussiano; e, se houvesse nesta sua concepção do mundo ultraprussiana uma fissura qualquer que deixasse penetrar a luz do dia, teria se confundido em toda sua missão e se teria acabado sua glória. (ENGELS, 2015a, p. 14)

Para compreendermos como uma tal figura se destacou tanto naquela quadra histórica, é preciso pensarmos sobre a especificidade da dominação burguesa, especialmente a alemã, como exposta por Engels. De acordo com ele, num momento em que o capital unificava os mercados em nível mundial, especialmente na Europa, a burguesia alemã não poderia mais instaurar seu poder político exclusivo e puro porque este já era duramente contestado na França e na Inglaterra. Para o autor alemão:

Uma particularidade que distingue a burguesia de todas as classes que governaram antes dela é que, em seu desenvolvimento, há uma virada a partir da qual todo acréscimo de seus meios de poder, principalmente seus capitais, apenas contribui para torná-la cada vez mais inapta ao domínio político. A partir desse momento perde a força de manter com exclusividade seu domínio político; procura aliados com quem dividir seu poder ou a quem cedê-lo completamente, conforme as circunstâncias. (ENGELS, 1977, p. 11)

Engels ressalta, portanto, o fato de que a burguesia, diferentemente das classes dominantes precedentes, a partir de certo ponto de sua dominação, quanto mais acumula meios de domínio mais incapaz se torna para o exercício do poder político. É o momento em que percebe que o proletariado está prestes a sobrepujá-la e a partir do qual não tem mais condições de exercer a dominação política exclusiva, passando a buscar aliados para dividir com ela o poder e os perigos, quando não cedê-lo completamente. Ora, diz Engels, na Alemanha a burguesia atingira este estágio de retrocesso político já em 1848 – seu pavor se relacionava à efetiva agitação do proletariado alemão derrotado em 1848 e à do proletariado francês, que lhe mostrava o que podia esperar num futuro próximo. Desde então, viu-se a cada dia mais paralisada pelo terror e não foi capaz de avançar nem um passo, tratando de procurar aliados (o poder real, seu exército e sua burocracia; a grande nobreza feudal; os *Jünkers* provincianos e os padres) com os quais pudesse unir-se para garantir sua existência até perder todo poder de negociação.

Engels aponta o dedo para a responsabilidade social da própria burguesia pela condição em que o país estava então:

Em todas as questões econômicas, o estado prussiano cai cada vez mais nas mãos da burguesia; e se a legislação posterior a 1866 neste campo não se adaptou mais aos seus interesses, de quem é a culpa? Principalmente da própria burguesia, que, em primeiro lugar, é covarde demais para defender energicamente as suas reivindicações, e que, em segundo lugar, se opõe a toda e qualquer concessão desde que esta imediatamente ponha novas armas na mão do proletariado ameaçador. (ENGELS, 1988, pp. 62-3)

Assim, na Prússia,

ao lado de uma nobreza ainda forte formada de grandes proprietários de terra, há uma burguesia relativamente jovem e particularmente covarde que, até o presente, não conquistou o poder político nem diretamente como na França, nem mais ou menos indiretamente como na Inglaterra. Mas, além destas duas classes, um proletariado intelectualmente muito desenvolvido multiplica-se rapidamente e se organiza, dia a dia cada vez mais. Portanto, encontramos aqui um duplo equilíbrio: entre a nobreza fundiária e a burguesia, condição essencial da velha monarquia absoluta; e entre a burguesia e o proletariado, condição essencial do bonapartismo moderno (ENGELS, 1988, p. 61).

Para o teórico de Barmen, portanto, havia na Prússia um equilíbrio¹¹, de um lado, entre uma nobreza decadente, mas ainda forte, e uma burguesia imberbe e de natureza covarde; e entre esta mesma burguesia, com tais características, e um proletariado também nascente, mas cuja pujança já podia ser percebida.

A linguagem reacionária, porém, não compreendia a formação do estado alemão e o reputava como autônomo e imparcial: poder-se-ia “objetar que a burguesia não reina ainda na Alemanha, que o estado lá ainda é um poder em certo grau independente e situado acima da sociedade, que, precisamente por isso, representa os interesses conjuntos da sociedade e não os de uma classe isolada” (ENGELS, 1988, p. 61). Engels, porém, aponta que, longe da independência com relação às classes sociais, o estado estava liminarmente atrelado à sua época histórica. O estado tal como ele existia realmente na Alemanha, afirma peremptoriamente, voltava-se ao atendimento dos interesses burgueses, embora não fosse diretamente manejado por esta classe:

tanto na antiga monarquia absoluta como na moderna monarquia bonapartista, o verdadeiro poder governamental encontra-se nas mãos de uma casta particular de oficiais e funcionários que na Prússia se recruta em parte entre as suas próprias fileiras, em parte entre a pequena nobreza dos morgados, mais raramente entre a alta nobreza e em grau menor ainda entre a burguesia. A independência desta casta, que parece estar fora e, por assim dizer, acima da sociedade, dá ao estado a aparência de autonomia em relação à sociedade (ENGELS, 1988, p. 61).

Se a aparência de independência não era verídica, não significava que não houvesse certa autonomia com relação ao domínio burguês. Aqui, o recurso à forma bonapartista vinha suprir as necessidades históricas de uma burguesia sem força ou desejo de realizá-las. O teórico ressalta a contradição em que se via imersa tal classe na Alemanha:

De uma parte, exigia o poder político exclusivo para ela mesma, quer dizer, para um ministério eleito entre a maioria liberal da Câmara; e esse ministério devia sustentar uma luta de dez anos contra o velho sistema representado pela coroa, antes que seu novo poder fosse reconhecido definitivamente. Isso significaria dez anos de debilitamento interior. Mas, de outra parte, a burguesia exigia uma transformação revolucionária da Alemanha, possível só mediante a violência e, portanto, mediante uma ditadura efetiva. E a partir de 1848, a burguesia havia mostrado passo a passo, em cada momento decisivo, que não tinha nem sombra da energia necessária para realizar uma ou outra coisa, sem falar das duas de uma vez. Em política não existem mais que duas forças decisivas: a força organizada do estado, o exército, e a força não organizada, a força essencial das massas populares. Em 1848, a burguesia havia desaprendido de apelar às massas; tinha mais medo delas que do absolutismo. E o exército não estava em absoluto à sua disposição. Como era lógico, se achava à de Bismarck. (ENGELS, 2015a, pp. 16-7)

Nos anos 1860, a burguesia alemã, ansiava pelo poder político exclusivo para ela mesma; por outro lado, porém, pleiteava tais níveis de transformação da Alemanha que só seriam realizáveis mediante uma ditadura efetiva. Ora, a burguesia já havia mostrado sobejamente, desde 1848, que não tinha forças para realizar nenhuma das duas tarefas, e muito menos as duas juntas. Sem poder aliar-se ao povo, sobrava-lhe o exército – este, contudo, não estava à sua disposição, mas sim à de Bismarck, que não deixou de se valer do expediente sempre que necessitou. De toda forma, “As necessidades econômicas da burguesia foram satisfeitas no essencial, e ante suas pretensões políticas, enquanto ainda as apresentava, levantaram-se as mesmas barreiras que no período do conflito” (ENGELS, 2015a, p. 34). Obviamente, completa Engels, as pretensões políticas da burguesia, que já tinham proporções muito modestas, reduziam-se a cada dia.

Por outro lado, Bismarck “acedia prazerosamente à burguesia no terreno econômico” (ENGELS, 2015a, p. 20) e o governo sob sua batuta lentamente aprovou reformas do interesse da burguesia:

A Constituição Federal suprimiu as relações econômicas mais importantes da legislação dos estados e as atribuiu à competência da Confederação, a saber: o direito civil comum e a liberdade de circulação em todo o território da Confederação, o direito de domicílio, a legislação dos ofícios, do comércio, as alfândegas, a navegação, a moeda, os pesos e medidas, as ferrovias, as vias aquáticas, os correios e telégrafos, as patentes, os bancos, toda

11 A questão do equilíbrio estará presente em quase toda a tematização sobre o bonapartismo: Trotsky, Gramsci e outros explorarão o assunto. Não encontramos em Marx o termo equilíbrio. Embora o raciocínio esteja, em geral, adequado – o bonapartismo, assegurava Marx, “era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido”, sendo todas submetidas ao tacão do gendarme (MARX; ENGELS, s/d “b”, p. 80) –, não se pode perder a acuidade marxiana: trata-se de uma classe cuja dominação política já entrou em decadência, tornando-se contrarrevolucionária, enquanto a outra está apenas no início de sua ascensão política e pejada do futuro.

a política exterior, os consulados, a proteção do comércio no estrangeiro, a polícia médica, o direito penal, o procedimento judicial etc. A maior parte destes problemas foi resolvida agora por via legislativa e, considerada em conjunto, em um espírito liberal. (ENGELS, 2015a, p. 20)

Engels avalia que o anseio burguês de suprimir os obstáculos ao comércio interno e mundial advindos dos particularismos alemães, a ponto de “conseguir no mercado mundial uma situação igual à de seus rivais estrangeiros, foi o que deu impulso à revolução de Bismarck” (ENGELS, 2015a, p. 30). Mas o fim dos pequenos estados significava a superação da etapa histórica de que eles faziam parte. Efetivamente, cumpriam-se, assim, as tarefas econômicas históricas da burguesia, com a eliminação daquelas antiquadas expressões do antigo sistema, que a um só tempo impediam o desenvolvimento do capitalismo e a satisfação dos anseios prussianos de dominação. Ressalta Engels, porém, que “não era uma realização de alcance histórico universal”, mas “uma imitação extremamente atrasada e incompleta do realizado pela Revolução Francesa 70 anos antes e levado a cabo desde fazia muito tempo por todos os demais estados civilizados” (ENGELS, 2015a, p. 20). Estas “raras reformas burguesas” ficaram restritas “a limites burocráticos” e “não atingem, mesmo, o nível conquistado já havia muito tempo pela burguesia de outros países da Europa ocidental, e deixa além disso intacto, o principal flagelo, isto é, o sistema de autorizações burocráticas” (ENGELS, 1977, p. 10). O regime policialesco, por fim, as tornava ilusórias para o proletariado.

Mesmo com este caráter restrito, no entanto, o governo cobrou uma conta da burguesia:

A supressão do feudalismo, se queremos ser positivos, significa a instauração do regime burguês. À medida que caem os privilégios aristocráticos, a legislação se torna burguesa. (...) Vemos que o governo *foi constrangido* a introduzir essas reformas lentas e medíocres. Mas à burguesia ele apresentou cada uma dessas pequenas concessões como um sacrifício feito aos burgueses, como uma concessão arrancada à coroa, e a muito custo, concessão em troca da qual os burgueses deviam, por sua vez, ceder um pouco ao governo. (ENGELS, 1977, p. 17)

Essa circunstância explica o papel assumido por Bismarck naquele momento, manobrando habilmente entre as classes sociais. Nisso, para Engels, não havia problema, senão em relação ao objetivo:

Se marchava consciente e resolutamente, não importa a que ritmo, rumo à instauração, no fim das contas, do poder da burguesia, respondia à evolução histórica na medida em que era, em geral, possível do ponto de vista das classes possuidoras. Se, em troca, marchava rumo à manutenção do velho estado prussiano, à prussificação paulatina da Alemanha, era reacionária e, no fim das contas, estava condenada ao fracasso. Se não se almejava mais que conservar o poder de Bismarck, era bonapartista e devia acabar como todo bonapartismo. (ENGELS, 2015a, p. 33)

Vemos, pois, que Engels discute as poucas reformas burguesas efetivadas no período pré e pós-unificação, mostrando que se restringiam aos marcos permitidos pela burocracia – não tocando no sistema da tutela burocrática, “o mal principal” –, não modificavam as condições sociais do país e estancavam num grau inferior ao que a burguesia de outros países europeus ocidentais havia conquistado de longa data. Tratava-se de um arremedo anacrônico e inacabado das revoluções burguesas clássicas – uma vez que excluía direitos do cidadão que naquelas haviam sido plenamente incorporados. Este cumprimento das tarefas necessárias ao domínio social da burguesia, no campo industrial e comercial promoveu a sua emancipação social, mas foi comprado por esta com o abandono de suas tarefas políticas, na medida em que cedeu ao governo todo o poder político efetivo.

A resistência da burguesia ao poder executivo fora quebrantada pelos êxitos iniciais de Bismarck e movida pelo medo ante a ameaça do movimento operário crescente. O chanceler, tendo “feito realidade as aspirações nacionais da burguesia”, adiava a satisfação das aspirações políticas desta, “muito modestas em geral já por si” (ENGELS, 2015a, p. 32). Completa o autor que, no processo de unificação nacional, “Bismarck cumpriu a vontade da burguesia alemã contra a vontade dela mesma” (ENGELS, 2015a, p. 16). Ou, ainda: havia demonstrado o quão estava precocemente decrépita, sua pouca aptidão e capacidade para realizar seu próprio programa:

Bismarck lhe mostrou que sabia melhor que ela o que lhe convinha mais. (...) As pretensões liberais da burguesia haviam sido enterradas por muito tempo, mas suas exigências nacionais se cumpriam cada dia mais e mais. Bismarck fez realidade seu programa nacional com uma rapidez e precisão que a assombraram. (ENGELS, 2015a, p. 19)

A Alemanha se tornou a principal potência europeia – potência cujo poder se concentrava nas mãos de Bismarck, tornando-o admirado pelos filisteus do continente como outrora o fora Bonaparte. Assim, ele pôs em prática os planos burgueses – recorrendo, embora, não a meios burgueses clássicos, mas a meios bonapartistas.

Nessa mesma direção, é importante salientar, com Engels, o caráter historicamente inovador e progressista das medidas bismarckianas para o contexto alemão. Ele fez “uma revolução completa levada a cabo com meios revolucionários” (se se pensa na estreiteza das classes dominantes), donde, não ser motivo de reprovação. O que era passível de crítica, afirma o alemão, era “o não haver sido suficientemente revolucionário, o ter sido nada mais

que um revolucionário prussiano a partir do alto, o haver iniciado toda uma revolução com base em posições pelas quais só se pode realizá-la sem chegar a termo” (ENGELS, 2015a, p. 18). O teórico alemão não deixa dúvidas e assevera: “essa transição foi o maior *passo à frente* que a Prússia deu a partir de 1848”, implicando o bonapartismo, *forma moderna de dominação estatal*, a supressão do feudalismo ainda vigente na Prússia e o sacrifício dos *Jünkers*, em suas características principais (ENGELS, 1977, p. 16). Teria sido preferível, evidentemente, que uma revolução proletária completasse esta obra imposta pela guerra aos alemães, mas o chanceler do *Reich* executava, a sua maneira e sem o saber, parte importante da tarefa a realizar na Alemanha, como expressa Engels em carta a Marx datada de 15 de agosto de 1870 (MARX; ENGELS, 1976c, p. 240).

Aquela fora a revolução *possível* na Alemanha. Engels ironiza que a Prússia cumpria o singular destino de atingir, em fins do século XIX, “e sob a forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa iniciada em 1803-1813 e que, em 1848, deu outro passo à frente”. A continuarem as coisas daquela forma serena e tranquila, talvez lá pelos anos 1900 o governo prussiano conseguisse “pôr termo realmente a todas as instituições feudais e a Prússia alcançar, enfim, a situação em que se encontrava a França em 1792” (ENGELS, 1977, p. 17). E continuava destacando que “A burguesia alemã tem a infelicidade (...) de chegar sempre tarde demais. Sua prosperidade coincide com um período em que a burguesia dos outros países da Europa ocidental está politicamente em declínio” (ENGELS, 1977, p. 11).

Na avaliação do autor de Barmen, Napoleão III, modelo no qual Bismarck se espelhou para criar sua versão alemã do bonapartismo, fora “sobrepujado por seu ‘discípulo’”, “o qual – ironia da história! – é obrigado a abrir caminho à sua burguesia e de tomar medidas liberais, até revolucionárias, em detrimento de seus próprios proprietários de terras” (*apud* RUBEL, 2002, p. 444). Embora note que ambos eram bonapartismos, regimes baseados no poder militar e a serviço da burguesia, salienta em Carta a Marx de 4 de abril de 1867 que na França o exército nacional podia realizar apenas atividades reacionárias e imperialistas, enquanto na Prússia cumpriria uma tarefa nacional progressiva, a da unidade nacional (2004b)¹².

Em resumo, se em termos políticos as conquistas da “revolução burguesa” alemã eram pírias, decididamente importante foi o desenvolvimento que o país conheceu a partir de meados do século nas áreas da indústria, comércio, comunicações e transporte, sem precedentes na história da Alemanha. O país estava, enfim, incorporando-se resolutamente ao comércio mundial, redundando daí uma elevação da posição social da burguesia. Este desenvolvimento, porém, não significava que a burguesia tivesse conquistado também o poder político e mantivesse sua força e autonomia diante do governo, pelo contrário. Esta aparente contradição dizia respeito à “desgraça da burguesia alemã” de chegar sempre muito atrasada e ter seu período de florescimento justamente quando as burguesias de outros países da Europa ocidental já estavam politicamente em declínio. O estágio de desenvolvimento então alcançado aumentava de tal modo as influências recíprocas dos países mais avançados da Europa que tornava impossível a tranquila instalação da dominação da burguesia alemã quando na Inglaterra e na França seu poder já caducara.

O teórico alemão destaca que, sob a perspectiva operária, já não era possível instituir poder burguês duradouro, dado que:

A grande indústria, e com ela a burguesia e o proletariado, constituíram-se na Alemanha em uma época em que a burguesia e o proletariado podiam, quase ao mesmo tempo, apresentar-se cada um por sua conta no cenário político, em que, por conseguinte, a luta entre as duas classes havia começado já antes de haver a burguesia conquistado o poder político exclusivo ou predominante. Mas, se até era já demasiado tarde para um poder firme e tranquilo da burguesia na Alemanha, a melhor política ainda em 1870, do ponto de vista das classes possuidoras em geral, era o rumo até esse poder da burguesia. Com efeito, só assim se podiam eliminar as inumeráveis sobrevivências dos tempos do feudalismo putrefato, que seguiam pululando na legislação e na administração (...). E quando, na sequência, se desenrolasse a luta inevitável entre a burguesia e o proletariado, esta transcorreria, ao menos, em condições normais, nas quais cada qual poderia ver de que se tratava, e não em um ambiente de confusão e obscuridade, de entrelaçamento de interesses e de perplexidade que observamos em Alemanha em 1848, com a única diferença de que, essa vez, a perplexidade abarcava exclusivamente as classes possuidoras, já que a classe operária sabe o que quer. (ENGELS, 2015, p. 32)

De acordo com Engels, portanto, a grande indústria, e com ela a burguesia e o proletariado, constituíram-se na Alemanha em uma época na qual estas classes podiam, de maneira quase simultânea, apresentar-se de forma independente no cenário político, tendo a própria *luta entre as duas classes se iniciado antes de a burguesia ter conquistado*

¹² Marx enxerga em Bismarck uma contradição, já que representava duas forças – convergentes, embora opostas: no papel de chefe do governo prussiano, era a encarnação das limitações e dos interesses dinásticos dos *Jünkers*; mas também representava os interesses nacionais burgueses da Alemanha. Marx diz que era, portanto, uma força progressista e que, certamente a sua maneira, preparava o terreno para a realização dos interesses do proletariado, centralizando a economia e a política alemãs.

o poder político exclusivo ou predominante. A Revolução de 1848 dera ao estado uma forma constitucional exterior, na qual a burguesia podia também exercer a dominação política e ganhar experiência – embora se mantivesse bem longe do autêntico poder político. Contudo, ainda que fosse já demasiado tarde para que a burguesia assumisse o poder na Alemanha de forma firme e tranquila, as classes possuidoras não tinham outra saída senão a dominação da burguesia, já que era, do seu ponto de vista, a única que poderia eliminar as sobrevivências putrefatas do feudalismo e pôr a Alemanha ao nível moderno. Este nível implicaria a retomada das lutas de classes, mas agora já sem as confusões e dubiedades de 1848 – dado o amadurecimento da situação – e com maior firmeza teórica e prática por parte do proletariado. É uma análise que escapa, assim, a uma linearidade porventura existente em outros temas tratados por Engels.

Engels se debruça novamente sobre o bonapartismo em carta a Marx, escrita em meados de abril de 1866, na qual salienta o “golpe do sufrágio universal” dado, naquele período, por Bismarck. Segundo sua avaliação, o burguês alemão tendia a se resignar ao fato, já que

o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna. Eu vejo cada vez mais que a burguesia não tem estofa para dominar diretamente, e que, por consequência, lá onde ela não tenha uma oligarquia, como aqui na Inglaterra, que possa, por um bom pagamento, assumir a direção do estado e da sociedade em proveito da burguesia, uma semiditadura bonapartista é a forma normal. Ela defende os grandes interesses materiais da burguesia, mesmo contra a sua vontade, mas não lhe deixa a menor parte do poder. Esta ditadura é, por sua vez, conduzida, contra sua vontade, a esposar os interesses materiais da burguesia (Carta de Engels a Marx de 13 de abril de 1866 in: MARX; ENGELS, 1976d, p. 290, grifos nossos).

Ainda a respeito, em carta a Sorge de 12 de abril de 1890, Engels diz que “Hoje em dia todo governo está se tornando bonapartista, *nolens volens*” (apud TROTSKY, 2005). Fica evidente, pois, que o bonapartismo é, segundo Engels, a forma de dominação burguesa normal¹³ ali onde não haja uma burguesia com cacife político para ser a classe dominante, impondo-se à própria burguesia, mas realizando os interesses históricos dela. Esta percepção engelsiana se relaciona à sua reflexão sobre a impossibilidade da burguesia de governar sozinha depois de alcançado certo nível de desenvolvimento, tornando-se cada vez mais inapta à dominação política. Não se trata, portanto, de “sugestiva (porém hiperbólica)” “definição um tanto quanto impressionista do bonapartismo (DEMIER, 2014, p. 144), mas de um raciocínio coerente e desenvolvido, do qual podemos discordar, mas que não podemos descartar como mera retórica. Definição que, aliás, analisamos coadunar-se com a reflexão marxiana segundo a qual a certa altura de sua existência a burguesia não pode mais, de um lado, escolher formas de governo a seu talante, de outro, que a república não é a forma conservadora de sua dominação, mas uma forma transitória, revolucionária (MARX, 1986, p. 25). Marx também denuncia diversas vezes a república e a democracia como formas de dominação burguesa que podem a qualquer momento dar lugar à ditadura, que não é mais que sua outra face, seu complemento em horas de perigo:

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores fez ressaltar esse fato com maior clareza. (s/d “a”, p. 96).

Por fim, é coerente, segundo entendemos, com a avaliação marxiana de que o bonapartismo “é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma” do poder estatal burguês (MARX; ENGELS, s/d “a”, p. 80) – no sentido de que se trata do último recurso, cada vez mais frequente e já *in nuce* na própria república, frente à ameaça proletária, especialmente nos países mais atrasados. Na verdade, é inerente à forma de dominação burguesa, em seu estado germinal, e desenvolvido plenamente na época de sua decadência ideológica, trocando de lugar com a depender da conjuntura de paz ou de guerra social.

Vemos que Engels avalia detidamente o desenvolvimento histórico e econômico da Alemanha até o início da década de 1880, o papel da burguesia, a ascensão de Bismarck e a relação entre o bonapartismo francês e o alemão. Considera claramente progressista o caráter da unificação efetivada em 1871, ao mesmo tempo em que destrinça a limitação e a natureza bonapartista da política de Bismarck, a qual operou a formação da Alemanha sob forma policialesca e com crescente domínio militar, e que, além disso, não eliminou de uma vez por todas o poder dos *Jünkers*. Censura asperamente a política militar belicosa das classes dominantes alemãs, à qual deram livre curso na guerra com a França e diante da derrota desta. Destacando que nem a burguesia nem os *Jünkers* tinham

13 Este talvez não seja o melhor termo para caracterizar o recurso sempre mais frequente ao bonapartismo. Seu uso parece-nos resultante da posição engelsiana de cristalizar tendências em fatos inescapáveis e, assim, cair em generalizações (enquanto Marx sempre realiza uma *analítica das coisas* [cf. CHASIN, 2009; LUKÁCS, 2010]). De toda forma, o raciocínio dele demonstra o que seria esta “normalidade”.

condições de levar adiante a radical transformação de que o país precisava, evidencia o proletariado como a única classe que poderia fazê-lo.

A força do proletariado alemão e de seu partido também se clarificavam aos olhos do próprio chanceler, que buscou, à moda de Napoleão III, cooptá-lo ou, pelo menos, domesticá-lo via políticas sociais e trabalhistas. De quebra, se alcançasse sucesso, teria mais um elemento para chantagear a burguesia, ameaçando-a com a manipulação política de um proletariado bonapartista. Engels criticou acerbamente o caráter da atuação bismarckista junto ao proletariado e demonstra os estreitos marcos a que se restringia:

E se o poder de estado, isto é, Bismarck, tenta constituir seu próprio proletariado, ligado à sua pessoa, para desse modo pôr um freio à atividade política da burguesia, o que é isso senão um miserável esquema bonapartista, necessário e bem conhecido, que a nada obriga, no que respeita aos trabalhadores, a não ser a algumas frases bem intencionadas e, no máximo, a um mínimo de ajuda do estado à sociedade de construção à Luís Bonaparte? (ENGELS, 1988, pp. 62-3)

Contra Lassalle, com suas reivindicações de cooperativas de produção subvencionadas pelo estado e a tentativa de criar “o núcleo de um partido operário bonapartista-socialista estatal” (ENGELS, 2015, p. 31), o velho alemão esclarece:

Nada mostra melhor aos trabalhadores o que têm a esperar do estado prussiano do que a utilização dos bilhões franceses, que deram à autonomia da máquina estatal prussiana, em relação à sociedade um novo, embora curto, prazo de vida. (...) a parte destes bilhões destinada aos operários alemães não equivalerá sequer àquela que Luís Bonaparte dedicou aos operários franceses dos milhões que roubou da França. (ENGELS, 1988, p. 63)

Segundo Engels, não haveria de forma alguma que iludir-se com o esquema bonapartista reutilizado e atualizado na Alemanha por Bismarck, também ele adepto do “método Haussmann”, que ia muito além da promoção de políticas sociais focadas e centralizadas. O “método Haussmann” tratava-se de uma verdadeira técnica social de controle do proletariado, que incluía desde intervenções urbanísticas até a proclamação de direitos trabalhistas que eram objeto de reivindicações e cuja aparente concessão poderia atrelar os trabalhadores ao governo. Na sua crítica, Engels aponta todos estes elementos e mostra seus objetivos, já nos estertores da dominação bismarckiana, concluída por volta de 1890.

2.3 Notas sobre diferenças e dissonâncias entre Engels e Marx na análise do bonapartismo

Apesar das consonâncias percebidas entre as análises de Engels e as de Marx, de nossa pesquisa restaram evidentes diferenças e também dissonâncias entre eles. Adensem a tematização engelsiana do bonapartismo com a discussão que ele fez da *Origem da família, da propriedade privada e do estado*, em que se esforça para mostrar o surgimento do estado como correspondente à necessidade (nascida das desigualdades sociais instaladas no seio da antiga sociedade) de uma instituição para assegurar a manutenção das novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentilícia. Além da consagração da propriedade privada como o mais elevado objetivo da comunidade humana, deveria legitimar diante desta as novas formas de apropriação que então surgiam. Em termos sintéticos, o estado nascera em face da demanda por uma instituição que “não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda” (ENGELS, s/d “e”, pp. 87-8).

Tendo se originado do conflito entre as classes e da necessidade de contê-lo, torna-se, em geral, o estado da classe economicamente dominante, a qual por meio dele se transforma, também, em classe politicamente dominante e se apodera de novos instrumentos para repressão e exploração da classe oprimida. Mas Engels assegura que há momentos “em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes”, a exemplo do período da monarquia absoluta interposta entre a nobreza e os cidadãos. Outro caso era “o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso dessa espécie, em que opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana” (ENGELS, s/d “e”, p. 137).

Estranhou-nos encontrar essa referência a um “bonapartismo do primeiro império francês” nesta discussão de Engels sobre a origem do estado (ideia que reaparece em vários comentadores, destaque-se). Neste ponto – não desenvolvido pelo autor e não repetido em nenhum dos seus outros escritos que pesquisamos e que nos parece, ademais, discrepar de toda sua análise –, há um distanciamento em relação a Marx, que não considerava o regime de Napoleão Bonaparte um bonapartismo, senão o último movimento da Revolução Francesa. Sob Napoleão I a burguesia ainda estava em período ascendente e, como Marx muitas vezes enfatiza, ele veio consolidar a

Revolução: “criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas” (MARX, 1986, p. 18). Para Marx, “Na pessoa de Napoleão, a burguesia liberal encontrava mais uma vez erigido contra ela o Terror revolucionário” (MARX; ENGELS, 1985, p. 186).

Levou a cabo o Terror substituindo a revolução permanente pela guerra permanente. Satisfez, até à saturação, o egoísmo do nacionalismo francês, mas exigiu, por outro lado, que a burguesia sacrificasse seus negócios, os seus prazeres, a sua riqueza etc. sempre que assim o exigiam seus fins políticos (...). Se oprimia despoticamente o liberalismo da sociedade burguesa (...), tampouco cuidava dos interesses *materiais* essenciais dessa sociedade, o comércio e a indústria, cada vez que entravam em conflito com os seus interesses políticos. (MARX; ENGELS, 1985, p. 186)

Desta forma, mesmo compreendendo que a essência do estado moderno está no desenvolvimento da sociedade burguesa – que se propusera defender –, Napoleão considerava o estado seu próprio fim, e a sociedade burguesa, sua subordinada, de forma que os descontentes homens de negócios foram os responsáveis pelas primeiras trincas em seu poder. Marx destacava, ademais, o papel revolucionário que as conquistas napoleônicas tiveram na Europa, espalhando os princípios revolucionários e empuxando os estados a um nível mais moderno: “além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu” (MARX, 1986, p. 18).

Para Marx, os dois Napoleões eram muito distintos entre si pelo que representaram historicamente: “Um era o triunfo de uma verdadeira revolução, porque ele era o único capaz de realizá-la, o outro, vencedor da reminiscência de uma época revolucionária passada, porque portava o nome deste homem único e era ele mesmo apenas uma reminiscência” (*apud* Rubel, 2002, p. 332). Napoleão Bonaparte teve, neste sentido, um papel histórico *progressista*. Já o bonapartismo francês representou um retrocesso imenso em relação à forma de governo mais moderna que a burguesia ali construíra no decorrer da conquista de sua dominação. O bonapartismo é a *forma clássica* de supremacia da burguesia em seu período contrarrevolucionário; o regime bonapartista é o representante mais autêntico da contrarrevolução burguesa, símbolo da decadência e da mesquinha em que vivia a burguesia agora contrarrevolucionária, a única forma de governo possível numa sociedade na qual a burguesia já estava em decadência, tinha perdido a iniciativa política, e o proletariado ainda não alcançara maturidade suficiente para impor sua própria pauta. A classe dos expropriadores abandonava, assim, sua história de um século de lutas e jogava suas instituições aos chacais. A própria forma avançada de estado a que havia chegado a burguesia francesa fora atirada ao monturo da história: era sua própria segurança que estava em jogo.

Outra divergência entre Marx e Engels que apareceu nos textos está no pael do estado após a revolução. Embora a temática seja ampla demais para os limites deste texto, precisamos fazer alguns apontamentos a respeito, para bem atender aos nossos objetivos. A república democrática era para nosso autor, da mesma maneira que para Marx¹⁴, “a mais elevada das formas de estado”, a qual se mostra “como uma necessidade cada vez mais iniludível”, além de ser “a única forma de estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia” (ENGELS, s/d “e”, 138). Ganha esta guerra, o proletariado instituiria seu domínio, no decorrer do qual as classes sociais desapareceriam – e com elas o instrumento de que uma se servia contra a outra, o estado. “A sociedade reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze” (ENGELS, s/d “e”, p. 139).

Neste tema, porém, notamos um distanciamento em relação às claríssimas assertivas marxianas, segundo as quais, enquanto “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do estado como o principal espólio do vencedor” (1986, p. 114); por sua vez, “a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins” (s/d, p. 78). Cabe ao proletariado, como demonstrou a Comuna, ir destruindo esta “máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho” (s/d, p. 79) no próprio processo de revolução política, tornando-o dispensável ao devolver as energias sociais por ele apropriadas à sociedade e pela eliminação das classes sociais. Parece, contudo, que Engels vê o processo de forma

14 Segundo Marx, se era capaz de perceber na república um domínio mais aperfeiçoado e mais puro, a burguesia o achava por isso mesmo menos sólido, porque as lutas sociais perdem quaisquer outros caracteres sob os quais estejam mascaradas e devem ser efetivadas sem nenhuma mediação. Aí, para Marx, os conflitos que nascem das condições da sociedade burguesa têm de ser confrontados até às últimas conseqüências, em vez de elididos de forma fantasiosa. Em suas palavras, “A melhor forma de governo é aquela em que não aparecem dissimuladas, em que não se lhes põem travas pela violência senão simplesmente de um modo artificial e, portanto, aparente. A melhor forma de governo é aquela em que as contradições sociais vão na direção da luta livre e se encaminham assim até sua solução.” (MARX, 1989a, p. 83) Por outro lado, não tinha ilusões a respeito dos limites também desta forma de governo, como já mencionado.

diferente, crendo na possibilidade e necessidade de tomada do poder estatal pelos trabalhadores e de sua paulatina transformação em instrumento de guerra do trabalho contra o capital, para só depois ser destruído. É o que se evidencia, por exemplo, na sua crítica aos anarquistas, os quais acusa corretamente de inverterem o problema. Engels dirige sua crítica a Bakunin: “primeiramente, o principal é que não considera como mal principal a eliminar o capital, i. e., a oposição de classe entre capitalistas e operários assalariados surgida através do desenvolvimento histórico, mas o *estado*”, apontando que “o poder de estado nada mais é do que a organização que as classes dominantes — proprietários fundiários e capitalistas — adotaram para proteger os seus privilégios sociais” (ENGELS, 2015b). Até aqui concordamos com ele, que continua sua crítica:

nós, inversamente, dizemos: aboli o capital, a apropriação do conjunto dos meios de produção nas mãos de uns poucos, e o estado cairá por si próprio. A diferença é essencial: a abolição do estado sem um revolucionamento social prévio é um contrassenso — a abolição do capital é precisamente o revolucionamento social e implica uma alteração do conjunto do modo de produção (ENGELS, 2015b).

O teórico censura Bakunin por, ao ver o estado como o mal principal e identificá-lo à autoridade que quer abolir, apregoar uma sorte de indiferença política, de abstencionismo altamente prejudicial aos interesses operários (embora alguns bakuninistas tenham feito propaganda pela restauração bonapartista, bem como seus adeptos lassallianos apoiaram Bismarck na Alemanha). Ele clarifica a posição dos socialistas:

Todos os socialistas concordam em que o estado político e com ele a autoridade política desaparecerão como consequência da próxima revolução social, ou seja, que as funções públicas perderão o seu caráter político e se transformarão em simples funções administrativas protegendo os verdadeiros interesses sociais. Mas os antiautoritários pedem que o estado político autoritário seja abolido de um golpe, antes mesmo que se tenham destruído as condições sociais que o fizeram nascer. Pedem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade. (ENGELS, 2015c)

Aqui também não podemos questioná-lo. Ele, porém, continua dizendo que a revolução é um ato extremamente autoritário, de imposição da vontade de uma classe sobre a outra, e que a classe vitoriosa precisa manter seu poder pelas armas. Parece-nos que, aí, Engels comete erro similar ao dos anarquistas, mas na direção oposta: a necessidade de manutenção da força e da autoridade significaria necessariamente a manutenção temporária do poder do estado, agora nas mãos dos trabalhadores. É o que se evidencia quando denuncia que os anarquistas:

afirmam que a revolução proletária deve *começar* pela eliminação da organização política do estado. Ora, após a vitória do proletariado, é justamente o estado que representa a única organização que a classe operária triunfante encontra para utilizar. É verdade que, para o desempenho de novas funções, o estado exige importantes modificações. Mas destruí-lo completamente neste momento equivaleria a destruir o único aparelho com o apoio do qual o proletariado vitorioso pode assumir o poder que acaba de conquistar, reprimir seus inimigos capitalistas e realizar a revolução econômica da sociedade (ENGELS, 1981b, p. 229).

E, para que não restem dúvidas sobre a manutenção do estado e, portanto, do poder político nas mãos dos trabalhadores, proclama “O proletariado vencedor deve reconstruir o antigo aparelho burocrático do estado, administrativamente centralizado, antes de procurar utilizá-lo para seus próprios fins” (ENGELS, 1981b, p. 229). Parece-nos, pois, que há aí uma diferença substancial entre a possibilidade de utilização do estado para os fins dos trabalhadores e a impossibilidade deste mesmo uso, o que significaria, num caso, sua transformação e manutenção por certo tempo; noutro, o início do seu desbaratamento já no começo do processo, antes que ele possa ser voltado contra a própria revolução, embora sua extinção não ocorra de um só golpe.

Não se trata aqui, evidentemente, de apoiar a posição anarquista de destruição imediata, formal e desde logo completa do aparato estatal. A questão é que a ascensão dos trabalhadores implica, segundo Marx, a progressiva dissolução do estado nem antes nem depois, mas no processo de revolução política que possa vir a se transformar em revolução social; logo, enquanto pressuposto da e instrumento para a efetivação das mudanças na estrutura econômica que caminham para a eliminação das classes sociais e da dominação política. Diferentemente da acepção marxiana, Engels pleiteia a constituição de uma sorte de estado operário de transição, o qual manteria provisoriamente seu caráter político para execução de medidas revolucionárias. Ora, Marx enfatiza que as tarefas revolucionárias a serem efetivadas implicam o início imediato e a continuidade processual do desbaratamento do poder do estado.

Esta é, no nosso entender, uma diferença que deriva dos limites da reflexão engelsiana sobre a política, reflexão esta que, embora tenha destacado fortemente o caráter do estado, ainda se mantém muito distante da crítica marxiana da politicidade, que o incorpora e ultrapassa (cf. CHASIN, 2009). Um debate sobre o caráter do estado e da politicidade em Engels ultrapassa os objetivos deste texto, bem mais modestos; mas desde já é possível pensar na hipótese de que este seu equívoco tenha subsidiado correntes vulgares do marxismo que, depois, cristalizaram-se na deturpação simplória do stalinismo e de sua defesa do socialismo num só país e fortemente

estatizado – inobstante fique muito clara em Engels a necessidade de extinção do estado. Assim, evidentemente, os erros do século XX não podem ser atribuídos a Engels, mas o teórico alemão, neste quesito, certamente deixou alguns germens que foram posteriormente adubados e enxertados em teorizações espúrias.

Considerações finais

As primeiras impressões apresentadas por Engels a respeito do golpe tiveram a concordância total de Marx, que chegou a reproduzir partes literais em seus próprios textos, como costumavam fazer, já que a correspondência tinha como objetivo a reflexão coletiva. Assim, o desprezo pela figura de Bonaparte e por seu *coup de tête*, as observações sobre o uso que fazia do sufrágio universal – retirando-lhe todo caráter potencialmente revolucionário –, a necessidade da classe contrarrevolucionária de se remeter aos seus áureos tempos e do “sobrinho” de associar sua imagem à do “tio” estão igualmente presentes na análise marxiana.

Engels também pontuou o aplauso europeu ao “salvador” da sociedade, da mesma forma que Marx denunciara que a burguesia europeia lhe permitira representar por quase 20 anos uma comédia hedionda (MARX; ENGELS, s/d “a”, p. 54). A ditadura bonapartista, dizia Engels, pusera fim ao poder político da burguesia; objetivando salvar seu poder social, subordinara a política aos interesses do bolso capitalista – de fato, o desenvolvimento econômico da sociedade conheceu, então, um período de intensidade. Outro aspecto próximo da tematização marxiana é sua caracterização clara como um fenômeno contrarrevolucionário, o momento das revoluções “de cima para baixo”, e como o princípio do fim do domínio da burguesia, já que, sob o bonapartismo, as contradições que estão latentes aumentam (em função do desenvolvimento econômico que propicia) e explodem logo que as condições que o originaram deem espaço para tal (cf. RUBEL, 2002, pp. 380 ss). Bem assim, a denúncia do “método Haussmann” de trato com o proletariado da capital, com seu duplo aspecto de repressão e cooptação, também aparece em ambos os autores.

Engels vai além, porém: com um período já largo de efetivação do bonapartismo, é-lhe possível ajuntar novos elementos ao debate sobre o tema. Também salienta, como vimos, o período de fim das guerras bonapartistas e início de guerras mundiais de crueldade e resultados inéditos. A densa tematização engelsiana a respeito do bonapartismo passa pelo apontamento de que o bonapartismo clássico (francês) e o “bismarckismo” são fenômenos bonapartistas; este universal, contudo, apresenta particularidades. Assim, sua grande contribuição para o estudo do assunto, é a análise do bonapartismo alemão, que leva a cabo no interior da já aludida divisão de trabalho com Marx. Ambos criticam duramente a debilidade e covardia inerentes à burguesia alemã e apontam o bonapartismo alemão, como vimos, como a forma da “revolução burguesa” na era contrarrevolucionária, ou seja, era a forma de se realizarem as tarefas históricas da burguesia no seu aspecto puramente econômico e assegurada a tranquilidade social. Tratava-se de uma situação específica, a alemã, em que a luta de classes estourara antes mesmo da conquista efetiva do poder político pela burguesia, o que a pôs desde então em situação de retrocesso político. Esta estava obrigada a tomar o poder, a fim de consolidar o fenecimento do feudalismo e instituir seu próprio regime (que, em termos econômicos, ganhava impulso); o que foi feito pelo alto e não diretamente pela burguesia, paralisada pelo terror diante de seu inimigo histórico. Neste sentido, o bonapartismo esposava seus interesses materiais, mas lhe retirava todo poder político, dando início às “revoluções de cima para baixo”.

Se a burguesia já não podia governar, o proletariado ainda não estava em condições de tomar o poder. Desta forma, aponta Engels, a luta de classes alcançava um equilíbrio e o estado ganhava uma autonomia momentânea em face das classes sociais, apresentando-se como árbitro independente e imparcial – imagem não correspondente ao real, em que sempre cumpria determinadas tarefas voltadas a implementar interesses específicos. Sua função era servir de contrapeso às diversas classes sociais, impedindo-as de colidir e destruir-se. Forma típica de uma situação em que a classe operária alcançaria certo nível de desenvolvimento, mas foi vencida num batalha histórica ou esta batalha foi escamoteada por subterfúgios e alianças espúrias – o que se pode depreender do pensamento marxiano e engelsiano.

Diante de tal situação de impasse, e afastando-se do caminho (que foi o seu alhures) de apelar às massas, a burguesia teve de se voltar para a outra força, o exército. Este, porém, estava à disposição de Bismarck, a personalização da energia e da disposição de que toda a classe estava carente. O político alemão, recorrendo aos meios bonapartistas, concretizou os projetos burgueses, colocou a Alemanha ao nível de potência europeia, retirou o país do atraso extraordinário em que se situava. O bonapartismo especificamente surgido no interior da *miséria alemã* representou, desta forma, um progresso efetivo – foi a maneira de se concretizarem as transformações propriamente burguesas, se bem que sob a culatra do gendarme, conciliando com os *Jünkers* e abrindo mão do novo mundo que outrora era próprio da forma burguesa de dominação. Neste processo, a própria burguesia foi subjugada por um poder executivo que não dependia dela, mas que, mesmo contra seus interesses imediatos, defendia seus interesses históricos.

Para compreender bem a particularidade do bonapartismo alemão, é necessário fazer a comparação com o francês. O bonapartismo na França representou um retrocesso, não obstante o progresso econômico alcançado

pelo país durante sua vigência, dado o grau mais avançado de dominação política – a república – que havia sido alcançado ali. Inversamente, o bismarckismo representou objetivamente um progresso no contexto do atraso alemão, pois, satisfazendo as exigências econômicas da burguesia, criou novas possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas (LUKÁCS, 1972). De fato, Engels salienta, como vimos, o caráter progressista da realização da unidade nacional levada a cabo pelo regime do gendarme. A questão central, contudo, é que estes progressos econômicos se dão na ausência de uma revolução burguesa vitoriosa – pois a “unidade nacional” consistiu na “prussianização” da Alemanha – e com a manutenção das classes e instituições à sua dominação. Neste sentido, podemos concluir que a via prussiana de objetivação do capitalismo é inerentemente bonapartista, ou seja, o processo de constituição local do capitalismo tende a desconhecer outra forma de dominação que não esta.

Fique, porém, a indicação de que, de acordo com a sociedade em que é gestado, o bonapartismo pode representar um retrocesso ou um avanço em determinada direção, sem que perca seu caráter original fundante contrarrevolucionário, forma à qual tendia o capitalismo em sua época, a forma recorrente de dominação de uma burguesia que não mais tinha substância para dominar diretamente, seu credo em momentos de desespero, sua prática ritualística permanente – *a religião da burguesia*. O desenvolvimento das lutas de classes fez do bonapartismo um recurso com que se socorrem permanentemente as burguesias, com destaque para as dos países atrasados.

Não há contradição entre a expansão da forma bonapartista de dominação burguesa e a afirmação de que a república parlamentar se tornava cada vez mais imperativa – há que lembrar que o bonapartismo está em germe no seio desta e que ambos se desenvolvem juntos, portanto. Por outro lado, quando se lembra que, segundo Engels e Marx, a república parlamentar burguesa seria a forma de dominação mais apropriada aos trabalhadores e que nela se daria a luta final entre estes e os proprietários, compreende-se que, naquele momento, o bonapartismo – embora gerado, no seu caso clássico, no interior da república e estando latente em seu seio em qualquer formação – não se adaptou imediatamente ao regime republicano. Na França, após o golpe bonapartista, a república cedeu passo ao “consulado sem o primeiro cônsul” e, em seguida, ao império; na Alemanha, impôs-se mesmo sem a passagem por um regime republicano, mantendo-se a monarquia (embora esta cumprisse os objetivos da burguesia). Parece que o amadurecimento das lutas de classes (no qual, Marx ressaltou, o sufrágio universal teve importante papel) e o desenvolvimento do próprio capitalismo permitiram um “aperfeiçoamento” do bonapartismo, que, a partir de então, como buscaram mostrar outros pensadores, não precisaria mais recorrer a regimes diferentes de governo. De fato, bastava-lhe ser ditadura indireta da burguesia (inclusive contra ela própria) no seio da própria república burguesa.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Vânia N. F. de. *Pandemônio de infâmias: classes sociais, estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo*. 2005. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BARSOTTI, Paulo. Engels e o bonapartismo. *Revista Novos Temas*, n. 1, 2009.
- BENOIT, Hector. “Da dialética da natureza à derradeira estratégia política de Engels”. In: *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 2. ed. São Paulo: IFCH/Xamã, 2002, pp. 91-104.
- BUONICORE, Augusto. Engels como historiador da Alemanha (2 partes). Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=21&id_publicacao=1031&id_indice=3877>, acessado em 16 fev. 2015.
- _____. Engels diante de Marx: o segundo violino. Disponível em: <<http://renatorabelo.blog.br/2013/08/06/engels-diante-de-marx-o-segundo-violino/>>, acessado em 5 fev. 2015.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CLAUDÍN, Fernando. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. 3. ed. Madri: Siglo XXI, 1985.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.
- DEL ROIO, Marcos. Engels e a origem do marxismo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpub*. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300640462_ARQUIVO_ENGELS.pdf>, acessado em 3 fev. 2015.
- DEMIER, Felipe. Engels e a teoria do bonapartismo. *Revista Outubro*, n. 22, 2014. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/22/out22_06.pdf>, acessado em 3 fev. 2015.

- ENGELS, Friedrich. “Marx e a *Nova Gazeta Renana*”. In: *Marx/Engels: obras escolhidas* v. III. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “a”.
- _____. “Prefácio de 1885 à terceira edição alemã d’O *18 Brumário de Luís Bonaparte*”. In: *Marx/Engels: obras escolhidas* v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “b”.
- _____. “Introdução a *A guerra civil na França*, de 1891”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. II. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “c”.
- _____. “Introdução de 1895 a *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “d”.
- _____. “A origem da família, da propriedade privada e do estado”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “e”.
- [____]. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. Col. 70. Lisboa: Nova Amadora, 1971. (A edição atribui erroneamente a autoria a Marx.)
- _____. “Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrés, 1976a.
- _____. “Carta a Marx de 11 de dezembro de 1851”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrés, 1976b.
- _____. “Carta a Marx de 14 de janeiro de 1852”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrés, 1976c.
- _____. “Carta a Marx de 13 de abril de 1866” in MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrés, 1976d.
- _____. “Carta a Marx de 15 de agosto de 1870”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Editions du Progrès, 1976e.
- _____. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- _____. “Esboço de uma crítica da economia política”. In: NETTO, J. P. (Org.). *Engels – política*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981a.
- _____. “Da correspondência – fragmentos”. In: NETTO, J. P. (Org.). *Engels – política*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981b.
- _____. *A questão da habitação*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.
- _____. A marca. *Crítica Marxista*. São Paulo, Ed. Revan, v. I, n. 17, 2003, pp. 147-63.
- _____. “Carta a Marx de 10 de agosto de 1866”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>, acessado em 2 dez. 2004a.
- _____. “Carta a Marx de 4 de abril de 1867”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>, acessado em 2 dez. 2004b.
- _____. “Carta a Marx de 11 de setembro de 1867”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>, acessado em 2 dez. 2004.
- _____. “Carta a Marx de 20 de novembro de 1868”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>, acessado em 2 dez. 2004.
- _____. “O papel da violência na história”. Disponível em: <<http://www.old.cjc.es/wp-content/uploads/2009/11/el-papel-de-la-violencia-en-la-historia.pdf>>, acessado em 4 mar. 2015a.

_____. “Carta de Marx a Theodor Cuno de 24 de janeiro de 1872”. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/01/24.htm>>, acessado em 6 jul. 2015b.

_____. Sobre a autoridade. Disponível em The Marxists Internet Archive, acessado em 7 jul 2015c.

JONES, G. Stedman. “Retrato de Engels”. In: HOBSBAWM, E. (Org.). *História do marxismo* v. I: O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KELLOGG, Paul. Engles e as raízes do “revisionismo”: uma reavaliação. *Revista Praxis*, n. 4., 1995. Disponível em: <http://www.academia.edu/3432528/Engels_e_as_ra%C3%ADzes_do_revisionismo_>, acessado em 3 fev. 2015.

LUKÁCS, G. “Acerca de algunas características del desarrollo histórico de Alemania”. In: *El asalto a la razón*. Barcelona: Grijalbo, 1972.

_____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. “La Revolución de Junio”. In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. V – *Las Revoluciones de 1848*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. “A guerra civil na França”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. II. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “a”.

_____. “Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. II. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “b”.

_____. “Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. II. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “c”.

_____. “Luchas de clases en Francia de 1848 a 1850.” In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. V – *Las Revoluciones de 1848*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

MUSSE, Ricardo. “O primeiro marxista.” In: *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 2. ed. São Paulo: IFCH/Xamã, 2002, pp. 81-89.

NEGT, Oskar. “O marxismo e a teoria da revolução no último Engels”. In: HOBSBAWM, E. *História do marxismo* v. II: o marxismo na época da II Internacional (primeira parte). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NETTO, José Paulo. “F. Engels: subsídios para uma aproximação.” In: NETTO, J. P. (Org.) *Engels – política*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

ROCHA, Ronald. “Dois violinos e uma só harmonia”. In: *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 2. ed. São Paulo: IFCH/Xamã, 2002, pp. 53-80.

RUBEL, Maximilien. “Karl Marx devant le bonapartisme”. In: MARX, Karl. *Les luttes de classes en France* e outros textos. Paris: Gallimard, 2002.

TROTSKY, L. *Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo*: El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético. Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V203.htm>>, acessado em 1 ago. 2005.